

REQUERIMENTO

RECUSA EM VARAR E REPARAR EMBARCAÇÕES NO PORTO DA PRAIA DA VITÓRIA

Considerando que o Porto da Praia da Vitória se encontra sob jurisdição da empresa regional de capitais exclusivamente públicos Portos dos Açores, S.A.;

Considerando que, na sua área de jurisdição, aquela empresa é responsável pela gestão de uma zona de varagem e reparação de navios e outras embarcações, dotada de uma infraestrutura de hidrolift/elevador de navios e uma área de cerca de 18 hectares de terraplenos;

Considerando que esta zona de varagem e reparação de embarcações está votado ao desinvestimento, quase ao abandono e sobra para pastagem de animais ruminantes;

Considerando que, a 15 de fevereiro de 2023, no âmbito de um debate parlamentar promovido pela Iniciativa Liberal, a Secretária Regional do Turismo, Transportes e Infraestruturas revelou que já tinha “dado instruções à empresa Portos dos Açores, S.A., para avaliar da possibilidade” daquela zona de varagem e reparação de navios/embarcações “ser adjudicada a privados”, visando a sua renovação, reutilização e rentabilização, tendo em vista “a reparação naval e a criação de um parque de invernagem”;

Considerando que, a 28 de fevereiro de 2023, em declarações públicas, a Administração da empresa Portos dos Açores, S.A., afirmou que aquela infraestrutura foi, “durante anos, votada a uma notória falta de investimento público para promover a reparação naval”, reconhecendo que “o estaleiro naval está tecnicamente obsoleto e apresenta falta de segurança” e que, por isso, “o pretendido é lançar um concurso público para reinvestimento técnico e captação de capital privado”;

Considerando que, no mesmo dia, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores realizou uma visita ao Porto da Praia da Vitória e comprometeu-se com a reivindicação política de realização de um investimento público na reabilitação da valência de reparação naval, adjetivando de que “estamos perante uma mina de ouro, que precisa ser reativada”, concretizando que tal investimento dinamizaria a economia do Concelho da Praia da Vitória, da Ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores;

Considerando que, a 31 de agosto de 2023, o Presidente do Governo Regional anunciou “o prolongamento do cais do Porto da Praia da Vitória em 350 metros”, visando acolher navios “de carga e de cruzeiros”, num “investimento de 30 milhões de euros”, perspetivando uma ampliação para “os 700 metros de cais acostável”;

Considerando que, no âmbito desse anúncio, o Presidente do Governo Regional referiu também que a empresa Portos dos Açores, S.A., estava “já a realizar estudos geológicos para o futuro lançamento do projeto de ampliação do cais”, frisando que tal procedimento deveria acontecer até ao final do ano 2023, facto que ainda não sucedeu;

Considerando que, nas últimas semanas, sabe a Iniciativa Liberal, a Administração da empresa Portos dos Açores, S.A., foi contactada por alguns armadores marítimos que pretendiam varar as suas embarcações, para realização de operações de manutenção e reparação naval, no estaleiro existente no Porto da Praia da Vitória, tendo tais pedidos sido recusados;

Considerando que tais recusas obrigaram os armadores a procurarem outros estaleiros navais para realizar as operações pretendidas, tendo acrescido custos às operações pretendidas e tendo a Portos dos Açores, S.A., recusado, por essa via, um encaixe financeiro resultante da não operação na Praia da Vitória, já para não referir os impactos negativos na economia da ilha Terceira pela não realização de tais trabalhos na Praia da Vitória;

Considerando que atingem já foros de escândalo os sucessivos e consecutivos anúncios públicos, por parte de altos dirigentes públicos e políticos desta Região, relativamente a investimentos prometidos e nunca concretizados em toda a infraestrutura do Porto da Praia da Vitória, particularmente no que toca à valência de reparação naval;

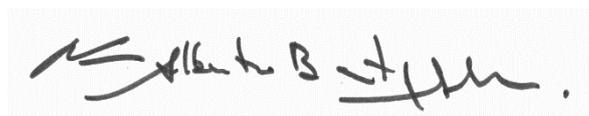
Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal requer os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo Regional conhecimento dos contactos de armadores feitos à Administração da empresa Portos dos Açores, S.A., para vararem os seus navios/embarcações no terrapleno adjacente ao estaleiro naval do Porto da Praia da Vitória, visando a realização de operações de manutenção e reparação naval?
2. Tem o Governo Regional conhecimento das respostas negativas que foram dadas pela Administração da empresa Portos dos Açores, S.A., a tais armadores?
3. Se confirma as recusas da empresa Portos dos Açores, S.A., quais os motivos que foram alegados pela administração portuária e a quantos armadores foram apresentadas recusas?
4. Tem a administração portuária ou o Governo Regional a estimativa das perdas financeiras para a empresa da recusa de tais operações e dos impactos na economia da ilha Terceira de tais trabalhos não serem realizados naquela infraestrutura portuária?
5. Face à afirmação perentória da Secretária Regional do Turismo, Transportes e Infraestruturas, em fevereiro de 2023, de que já tinha “dado instruções à empresa Portos dos Açores, S.A., para avaliar da possibilidade” daquela zona de varagem e reparação de navios/embarcações “ser adjudicada a privados”, visando a sua renovação, reutilização e rentabilização, tendo em vista “a reparação naval e a criação de um parque de invernação”, qual o ponto de situação sobre as diligências desde então efetuadas e quais os resultados que, quer a administração portuária, quer o Governo Regional têm para apresentar aos Terceirenses?

6. Face às declarações públicas da administração portuária, a 28 de fevereiro de 2023, sobre o estado “tecnicamente obsoleto” e a “falta de segurança” do estaleiro naval do Porto da Praia da Vitória, assumindo, naquela data, isto é, há um ano e meio, a intenção de “lançar um concurso público para reinvestimento técnico e captação de capital privado”, qual o ponto de situação sobre as diligências desde então efetuadas e quais os resultados que, quer a administração portuária, quer o Governo Regional têm para apresentar aos Terceirenses?
7. Face aos compromissos políticos assumidos pelo Presidente do Governo Regional, em agosto de 2023, sobre o investimento de 30 milhões de euros no projeto de “prolongamento do cais do Porto da Praia da Vitória em 350 metros”, visto, já naquela altura, há um ano, estarem em cursos “estudos geológicos para o futuro lançamento do projeto de ampliação do cais”, que foi assumido como procedimento a concretizar “até ao final do ano 2023”, qual o ponto de situação sobre as diligências desde então efetuadas e quais os resultados que, quer a administração portuária, quer o Governo Regional têm para apresentar aos Terceirenses?

Açores, 17 de julho de 2024

O Deputado Regional



Nuno Alberto Barata Almeida E Sousa